



REVISTA CIENTÍFICA DA UMC



NOÇÕES HISTÓRICAS DO (ESCRAVISMO) TRABALHO

HISTORICAL NOTIONS OF (SLAVERY) LABOR

Matheus Santos Rangel

Resumo:

Nesse artigo, apresenta-se toda uma constituição histórica acerca da formalização do trabalho humano, com principais atenções relacionadas à normalização do escravismo em diversas épocas da historicidade humanitária. Entre as páginas, elucidam-se questões pertinentes ao desenvolvimento do capitalismo, além da elevação analítica de algumas das principais adversidades promovidas por tal sistematização social durante a história, alcançando os períodos contemporâneos, com principal foco no Brasil. Em consideração às históricas ocorrências através de bibliográficas referências comprovadas, surgem defesas ao papel da educação como instrumento de caracterização revolucionária, capaz de, após ser assertivamente compreendido, guiar os futuros cidadãos ao desenvolvimento de um melhor futuro em escalas gerais.

Palavras-chave: História; Trabalho; Escravismo.

Abstract: *In this article, an entire historical constitution about the formalization of human work is presented, with main attentions related to the normalization of slavery in different periods of humanitarian historicity. Among the pages, issues relevant to the development of capitalism are elucidated, in addition to the analytical elevation of some of the main adversities promoted by such social systematization during history, reaching contemporary periods, with main focus on Brazil. In consideration of the historical occurrences through proven bibliographic references, defenses arise for the role of education as an instrument of revolutionary characterization, capable of, after being assertively understood, guide future citizens to the development of a better future on general scales.*

Keywords: *History; Work; Slavery.*

INTRODUÇÃO

Desde suas mais remotas origens, os seres humanos encontram-se interligados ao trabalho, ainda que o significado de tal atividade tenha sido alvo de diversas alterações durante o passar dos séculos. Derivando-se de tratativas relacionadas à produção pela própria sobrevivência alimentar, servidão à maiores poderes sociais ou por papéis multicoloridos e moedas que representam específicos valores econômicos, a história do trabalho acompanha a jornada da humanidade, tornando-se resultante de ocorrências de nosso mundo.

Atualmente, a grande maioria dos indivíduos compreendem o trabalho como atuações por vezes limitadora, necessárias exclusivamente para que tornem-se capazes de efetuarem liquidações de suas monetárias pendências e distraírem-se por meio do consumismo, demonstrando a fortificação do capitalismo. Portanto, compreender a historiografia deste elemento caracteriza-se como essencial para o desenvolvimento humanitário, visto que, somente ao tornarmos-nos capazes de inteiramente elucidarmos o passado, lograremos na construção de um melhor futuro.

Diante do exposto, a relevância do presente manuscrito encontra-se alinhada ao fato de que, na tentativa de solucionar as adversidades que acometem o mundo laboral e continuamente evitar o processamento de novos desafios relacionados ao tema, defendendo os Direitos Humanos e a qualidade de coexistência contemporânea, revela-se como altamente necessária a construção de análises e debates sobre o assunto, de maneira a buscar na ciência histórica elucidar referências referentes à construção da sociedade contemporânea.

Assim, o principal objetivo deste documento interpreta-se como sendo a consolidação de uma pesquisa voltada ao desvendar da história das noções de trabalho, com principal foco na divulgação e interpretação de alguns dos principais fatores responsáveis pela sociedade trabalhista. Para tanto, utilizam-se referenciais bibliográficos e empíricos considerações obtidas durante a formalização desta obra, visando a ampliação do estudo, de forma a garantir assertividade de informações e confiabilidade durante a constituição de tal acadêmica pesquisa.

Noções Históricas do Trabalho

Caro leitor, convido-o a uma corrida pelo tempo.

Os primeiros seres humanos caracterizavam-se como ativos praticantes do nomadismo, constantemente mudando-se para outras regiões, de forma a evitar seguir no mesmo lugar em que anteriormente encontravam-se, a fim de sempre possuir recursos para sua sobrevivência, não precisando exercer grandes tratamentos frutíferos à terra, por exemplo, para obter aquilo considerado necessário à sobrevivência (FIGUTI, 1993).

Em algum momento dessa verdadeira odisséia humana através da história do mundo, considerando evoluções tecnológicas e desenvolvimento de capacidades cognitivas gradativamente evoluídas, tais ancestrais da humanidade passaram a desconsiderarem suas origens nômades e protagonizarem revoluções, enfim trabalhando de maneira a, mesmo que não conscientemente desses fatos, eventualmente consolidarem o que atualmente consideramos como sociedade (HARARI, 2020).

Na Grécia Antiga, dividam-se os trabalhos em diferentes castas sociais e distinguiam-se as responsabilidades através do sexo, de maneira que os homens exerciam grande parcela das atividades que necessitavam de rigor físico, como no

arado, enquanto as mulheres, culturalmente submissas aos patriarcados, costumeiramente exerciam os deveres necessários ao cuidado da moradia e criação da prole (COLOSSI et al, 1997).

Quando Roma expandiu-se ao ponto de transcender-se à Império, as características laborais alteraram-se intensamente, visto que, mesmo possuindo escravos anteriormente, as inúmeras campanhas militares e gradativa extensão territorial impactavam as maneiras como ocorreria o trabalho em larga escala produtiva (GUARINELLO, 2006). Assim, consideramos que:

“Na Antiguidade Clássica, tanto na Grécia em seu apogeu, por volta do século V A.C., quanto na Roma Imperial, o trabalho obedeceu a duas vertentes básicas: as elites dominantes ocupavam-se exclusivamente do trabalho intelectual, artístico, especulativo ou político. De outro lado, as funções consideradas subalternas por sua natureza rústica e penosa (‘trabalho braçal’) eram desempenhadas pela mão de obra escrava, obtida nas guerras de conquista. Os vencidos eram transformados em escravos” (ORNELLAS; MONTEIRO, 2006, p. 553).

Tempos depois, com as invasões bárbaras e demais adversidades sociais provocando a queda do Império Romano, a civilização viu-se reduzida à existência em um diferente estado. Subitamente, o modelo de vida e ambientação das grandes cidades da Antiguidade transmutou-se no feudalismo, que possuía como palco a ruralização. Os trabalhadores eram agora, em sua maioria, servos, e suas rotinas constituíam-se em lavrar a terra, limpar os pastos e desempenhar outros trabalhos à senhores feudais, cujo pagamento revelava-se como principalmente sendo a promoção de segurança bélica naqueles períodos de aparentes trevas (OLIVEIRA, 2012).

Após longo período inseridos no sistema feudal, começava a despontar-se aquele que eventualmente lograria em tornar-se o principal modelo econômico de todo planeta: o capitalismo. Inicialmente, abastecidos por produtos de consumo obtidos durante as Cruzadas, mercadores comercializavam produtos em feiras, estas que foram as principais responsáveis pelo retorno de cidades, visto que foram justamente construídas para que pudesse-se haver moradia próxima ao comércio. Tal atividade voltou a estreitar as relações por entre a população, possuindo generosa parcela de relevância para a unificação do povo europeu, visto que o mercado buscava público para venda. Com o passar dos tempos, esse capitalismo mercantil elevou-se ao grau industrial, uma vez mais revolucionando a realidade (BAIARDI, 1997).

A historicidade humana constitui-se como principalmente eurocentrista, visto que tal ciência histórica configura-se como atribuída à pesquisadores de países formadores de tal continente. Dessa forma, no estudo acadêmico da matéria, percebe-se que muitos dos artigos e compêndios produzidos rendem protagonismo à Europa,

de maneira que os eventos naquelas terras ocorridos costumam, por vezes, aparentarem maior importância às históricas situações em outros locais. No entanto, após séculos de Europa, alinhado às evoluções tecnológicas, cartográficas e outras caracterizações que possibilitaram o produtivo advento das Grandes Navegações, descobria-se um verdadeiro Novo Mundo (CORRÊA, 1997).

Inspirados por sonhos de aventuras marítimas e descobrimentos de novas terras, além de comercial necessidade de conquista à novas rotas marítimas que interligavam o comércio europeu ao Oriente, embarcações despontavam na imensidão do oceano, desvendando os mistérios de toda extensão territorial do horizonte, sendo que, desta forma, descobriram-se as Américas (HARVEY, 1992).

Desde o primeiro contato dos espanhóis com todo espaço americano, surge a cobiça por todos aqueles valiosos minérios, que com toda certeza renderiam ao Império Espanhol demasiada influência socioeconômica dentre as grandes potências do período, de forma que prontamente iniciaram-se processos de obtenção de tais recursos. Dentre estes, destaca-se o escravismo dos povos nativos daquelas distantes terras, subjugados pelos exploradores, ansiosos por prestar seus serviços à Coroa (SOUZA, 2022).

Para a realização dos trabalhos desenvolvidos na América Espanhola, visava-se a utilização de uma vasta gama de diferentes indivíduos, sendo que as condições envolvidas poderiam variar dependendo da específica área. No entanto, comumente associava-se à escravidão, como podemos observar através da referência de que:

A mineração, sobretudo da prata, na América Espanhola se baseava no uso do trabalho indígena, sendo que negros, escravos e homens livres tinham pequena participação, com exceção da mineração do ouro onde representavam a maioria da mão de obra utilizada. Neste setor da mineração, os sistemas de trabalho utilizados no período colonial mais significativos foram a *encomienda* ou encomenda, o recrutamento forçado de indígenas, o *yanacozgo* e os contratos contra salário que foram bastante distintos do sistema de trabalho “livre” assalariado desenvolvido na América Latina a partir de meados do século XIX e impulsionado pela expansão do capitalismo industrial (GAMBA; PIRES, 2016, p. 13).

Não somente nas colônias espanholas ocorreram tais processos escravistas. Através das Américas, europeus lucraram por gerações, explorando povoados e terras por eles dominados, oprimindo estrangeiros e consumindo suas riquezas, sendo que civilizações africanas, asiáticas e demais que construíram contatos com tais representantes dos interesses burgueses encontraram-se inseridos em tal realidade. Vale lembrar, contudo, que não há como simplesmente demonizar os europeus, visto que concepções morais derivam de sociais contextualizações. Em nossa época, tais atos configuram-se como nefastos, graças à compreensão geral de que existem direitos inerentes ao ser humano, que devem ser respeitados por todos. Mas, à época,

para tais, estariam corretos em levar à ordem aos confins do mundo.

Atualmente, após a Revolução Industrial e escritos ideológicos, como os produzidos pelos filósofos Karl Marx e Friedrich Hegel, principais responsáveis pelo desenvolvimento da experiência socialista, antagonista ao capitalismo ocidental, as características gerais do trabalho alteraram-se drasticamente. Hoje, legislações visando a propagação dos Direitos Humanos protegem o cidadão da escravidão trabalhista, de forma a produzir uma melhor realidade laboral para todos (AMORIM, 2014).

No entanto, ainda no contexto atual de nossa sociedade, percebe-se a continuidade dos processos escravistas no âmbito do trabalho, sendo que, mesmo que alterando-se de maneira geral as formas pelas quais tal escravidão ocorre, esse processo segue impactando as vivências dos indivíduos, revelando negativa faceta da sistematização capitalista, que resulta no enriquecimento de parte mínima da população e pobreza geral do restante dessa civilização (CRISTOVA; GOLDSCHMIDT, 2012).

Tais problemáticas acabam por principalmente afetar os menos economicamente favorecidos, como os representantes da população afrodescendente, estrangeiros que se mudam para outros países em busca de melhores oportunidades de vivência, população feminina e outros (FERNANDES, 2019). Acerca dessa escravidão contemporânea, possuímos a referência de que:

“[...] ‘trabalho escravo contemporâneo’; ‘trabalho em condições análogas à de escravo’, além de outras, são expressões utilizadas para fazer referência àquela modalidade de exploração da força de trabalho humana ocorrente na atualidade, na qual a sua prestação se dá de forma involuntária, e que é advinda de coerção amparada em pretensa existência de dívida, predominantemente ocorrente no âmbito do trabalho rural. (FÁVERO FILHO, 2010, p. 260).

Ainda que não recebendo chibatadas propriamente físicas, seguimos caracterizando-nos como escravos, visto que, mesmo não especificamente regidos através da violência – ainda que se perpetuam casos em que há opressões do gênero – dedicamos nossas liberdades existências a recompensas monetárias. Dessa forma, o dinheiro rege nossas vontades, definindo que devemos utilizar horas de nossas vidas, estas que nunca recuperaremos, à atividade laboral. Tal processo de abdicação das próprias vontades caracteriza-se como constantemente motivado por diferentes canais da própria sociedade, e tornou-se essencial para que possamos sanar necessidades básicas, como nutrição e moradia, de maneira que, caso não houvesse suficiente renda para alcançar o mínimo valor necessário para a obtenção dos exemplificados itens, o cidadão torna-se reduzido à marginalização social, abandonado pelo Poder, atuando papéis antagônicos às consideradas normatizações que definem a funcionalidade da ordem social ou morando nas ruas, frequentemente.

Buscando suprimir todo esse processo de escravismo trabalhista normalizada pelo próprio âmbito social, pessoas dedicam-se a formações profissionais ou acadêmicas, buscando alcançarem específicas área de atuação que lhes tragam qualquer sensação semelhantemente relacionada às sensações como o prazer e suficiência, de forma a aliviar, mesmo que ilusoriamente, o fardo a eles impostos. No entanto, nota-se que, em um país com tamanha defasagem educacional, caracteriza-se como minoria aqueles capazes de formarem-se em ofícios de seus interesses, sendo que o desemprego e a popularização dos subempregos afligem a nação.

Assim, todo esse opressor sistema, através de secularizações constituído, representa-se como principal provocador desse supostamente inquebrável ciclo de inumanidades que consomem o mundo, como empiricamente observado no próprio Brasil. Trata-se, em última estância, daquilo que promove, ao mesmo tempo, enormes riquezas e depreciativas pobreza, sentenciando indivíduos à sociais castas e adversidades interligadas à preconceitos, normalizando extremas tragedias que, às interpretações daqueles que visam promover estudos acerca do assunto, atestam algumas das principais falhas de nosso Estado como regulador daquela que deverá sempre caracterizar-se como causa comum aos membros da raça humana: a vida.

Considerações Finais

Através da realização do presente trabalho, tornou-se possível compreendermos mais acerca da constituição histórica do trabalho dentre as gerações, sendo que a relevância de tal assunto encontra-se interligado ao fato de que, somente por meio da análise das ocorrências passadas, suficientemente capacitamo-nos ao ponto de alterarmos o presente e consolidarmos um assertivo futuro, de forma que, propondo estudos referentes às elucidações do trabalho humano, desvendaremos as soluções para as adversidades trabalhistas que seguem impactando nossa contemporânea sociedade.

Na primeira parte do manuscrito, introduziu-se o tema proposto, relatando algumas das principais características utilizadas durante a realização da pesquisa, como os acervos bibliográficos e observações empíricas relacionadas ao assunto em questão. Logo depois, desenvolveram-se, alinhadas às referências de outros renomados autores, históricas concepções e corroborativas argumentações sobre a história do trabalho, destacando os principais desafios proporcionados pela construção do capitalismo.

De maneira a buscar resolução para tal problemática historicamente constituída, nota-se a necessidade da valorização educacional, pois é somente através da erudição que poderá tornar-se possível promover alterações em nossa sociedade, uma vez mais revolucionando a historicidade humanitária, visando uma mais ampla realidade.

Portanto, considerando os recortes históricos desenvolvidos por esse manuscrito, compreende-se o fato de que, seja nas grandes *pólis* da Antiguidade,

planícies rurais da Idade Média, distantes colônias do Novo Mundo, tecnológica Modernidade ou em qualquer outra periodicidade humana que tenha ou venha a ocorrer, o trabalho revela-se como inerente ao ser humano, visto que delimita a própria construção da sociedade, como observando durante a expansão histórica do capitalismo, que segue promovendo as principais oportunidades e, paradoxalmente, alguns dos principais desafios – como a escravidão antiga e contemporânea – da atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. **O Que é Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

AMORIN, Henrique. **As Teorias do Trabalho Imaterial: Uma Reflexão Crítica a Partir de Marx**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 31-45, Jan./Abr. 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/TM3Ws8vsK8h8TgjrSdDgpsB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

CRISTOVA, Karine Gleice; GOLDSCHMIDT, Rodrigo. **O Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil**. Disponível em: <<https://periodicos.unoesc.edu.br/simposiointernacionaldedireito/article/view/2255/1321>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

BAIARDI, Amilcar. **Mudanças Técnicas na Agricultura Medieval e o Processo de Transição Para o Capitalismo**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.14, n.3, p.449-464, 1997. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Amilcar-Baiardi/publication/279477618_MUDANCAS_TECNICAS_NA_AGRICULTURA_MEDIEVAL_E_O_PROCESSO_DE_TRANSICAO_PARA_O_CAPITALISMO/links/55c89fa008aeb975674758b2/MUDANCAS-TECNICAS-NA-AGRICULTURA-MEDIEVAL-E-O-PROCESSO-DE-TRANSICAO-PARA-O-CAPITALISMO.pdf>. Acesso em: 23 de set. 2022.

CARDOSO, Tainá Agostinho. **Trabalho Latino-Americano Aproximações Entre os Repartimentos da América Espanhola e as Condições Trabalhistas na Contemporaneidade Para Bolivianos e Europeus**. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/03/trabalho-latino-americano.html>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

Científico ESMPU, Brasília, a. 18 – n. 53, p. 233-258 – jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/article/view/508/458>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

COLOSSI, Nelson; COSENTINO, Aldo; GIACOMASA, Luciano D. **Do Trabalho ao Emprego: Uma Releitura da Evolução do Conceito de Trabalho e a Ruptura do Atual Modelo**. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 5, n. 9, p. 53-66. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4769/3202>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. **Da Construção do Olhar Europeu Sobre o Novo Mundo ao (RE) Descobrimto do Reino Tropical**. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CORR_A__Margarida_Maria_da_Silva._1997.pdf>. Acesso em: 23 de set. 2022.

FÁVERO, Nicanor, Filho. **Trabalho escravo**: vilipêndio à dignidade humana. In: PIOVESAN, Flávia. CARVALHO, Luciana Paula Vaz. (Cord). Direitos humanos e direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2010, p. 260.

FERNANDES, Rafaela Neiva. **Por Trás dos Panos: o Trabalho Escravo no Setor Têxtil Brasileiro e a Responsabilização Jurídica das Grifes**. Boletim

FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Ballei. **A Transição do Feudalismo Para o Capitalismo**. 2007. Disponível em:<<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/240>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

GAMBA, Juliane Caravieri Martins; PIRES, Julio Manuel. Cadernos Prolam/USP 15 (27): p. 11-26. 2016. Disponível em:< <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/110375>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

GUARINELLO, Noberto Luiz. **Escravos Sem Senhores: Escravidão, Trabalho e Poder no Mundo Romano**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 227-246 – 2006. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rbh/a/FMVNCKVT9x6SBw59gqYvdhj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso: 23 de set. 2022.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de; MONTEIRO, Maria Inês. **Aspectos Históricos, Culturais e Sociais do Trabalho**. Rev Bras Enferm. 2006. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/reben/a/HqyzDDq4GTJRvYmjJkMwqcq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

OLIVEIRA, Teresinha. **Considerações Sobre o Trabalho na Idade Média: Intelectuais Medievais e Historiografia**. Revista de História, São Paulo, n. 166, p. 109-128, jan./jun. 2012. Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/48491/52350>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

SILVA, Maria de Fátima. **O Trabalho Feminino na Grécia Antiga**. Clássica. 2007. Disponível em:<<https://www.revista.classica.org.br/classica/article/view/144/134>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

SOUSA, Rainer. **Formas de Trabalho na América Espanhola**. Disponível em:<<https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/formas-trabalho-na-america-hispanica.htm>>. Acesso em: 23 de set. 2022.

Universidade de São Paulo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. 1193.

VIEIRA, Roger Alves. **Trabalho compulsório na América Espanhola: práticas e conceitos**. Igualitária: Revista do Curso de História da Estácio BH ISSN 23170174 Belo Horizonte, n.09, fevereiro/julho. 2017. Disponível em:<<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/historiabh/article/view/3701/América>>. Acesso em: 23 de set. 2022.